Da Responsabilidade Democrática

Simon Schwartzman

Publicado em *O Estado de São Paulo*, 8 de junho de 1979, página 2.

O espírito de tolerância e de conciliação que o governo federal vem demonstrando até agora em relação aos movimentos grevistas, assim como em relação à ampliação da liberdade de critica e debate político no País, atesta que vivemos em tempos novos, e, sem dúvida, alvissareiros. É possível que, para quem viva em São Paulo, este novo clima possa parecer um resultado dos movimentos de pressão social e de opinião pública; no resto do País, no entanto, a aparência é de um presente do qual já se duvidava, apesar de há muito prometido, e que por isto é recebido com satisfação mas, também, com certa dose de desconfiança.

As dúvidas e perplexidades a respeito das verdadeiras causas e eventuais limites da atual primavera brasileira chamam a atenção para um de seus aspectos mais importantes, que é a falta de mecanismos reais e efetivos de comunicação entre governantes e governados. Não estamos falando aqui de comunicação no sentido de simples difusão de informações preparadas para o consumo público, mas de canais efetivos de ligação e responsabilidade entre uns e outros.

A palavra "responsabilidade" é crucial, e é interessante notar como seu sentido é diferente no Brasil e nos países anglo-saxões, que têm uma tradição democrática muito mais estabelecida e consolidada. No nosso meio, uma pessoa responsável é aquela que tem um compromisso íntimo e pessoal com suas obrigações, uma noção profunda e personalizada do dever. Na língua Inglesa, "responsibility" significa, principalmente, o fato de uma pessoa ter que "responder" ante outras pelos seus atos, ou seja, a existência de um contrato definido e claro entre os que recebem a delegação de fazer certas coisas e os que proporcionam esta delegação. Existem outras palavras inglesas no mesmo sentido, e que tampouco encontram tradução adequada ao português: "accountability", "responsiveness", "responsive". . . A importância desta distinção fica clara quando observamos que o ex-presidente era uma pessoa altamente responsável no sentido

brasileiro do termo, mas bastante irresponsável no sentido anglo-saxão. Mais ainda, a própria idéia de responsabilidade no sentido anglo-saxão aparece, na tradição autoritária de que fazemos parte, como uma fraqueza, uma renúncia à responsabilidade pessoal do chefe. Não foi outra, na realidade, a plataforma política que levou Jânio Quadros à Presidência em 1960, quando ele afirmava. de alto e bom-tom, que não tinha compromissos (isto é, não era responsável) com ninguém, a não ser com sua própria consciência.

É importante notar, ainda, que a língua inglesa também retém o sentido ético e íntimo da noção de responsabilidade; é esta junção entre a noção do dever para com o outro e o dever para consigo mesmo que constitui o ingrediente normativo central da cidadania democrática. Seria fácil, e equivocado, concluir desta especificação semântica que somos irremediavelmente presas de uma tradição autoritária, e que só nos resta olhar, com inveja, o exemplo democrático do mundo anglo-saxão. A criação de mecanismos efetivos de responsabilidade política é fruto de um processo histórico claramente identificável, e o que nos falta não é uma cultura ou uma língua diferente, mas mecanismos efetivos pelos quais esta responsabilidade possa ser criada e mantida. Estes mecanismos consistem, essencialmente, na organização da sociedade em uma multiplicidade de sistemas associativos autônomos e dinâmicos, que possam estabelecer relações efetivas de contato e negociação de interesses entre si e com o governo: sindicatos, associações profissionais, partidos políticos, associações de bairro, clubes, empresas etc. Não há que desprezar, no entanto, o nível das ideias e das motivações: se a organização e mobilização da sociedade não tiver como objetivo a criação de mecanismos de responsabilidade política e social, seu resultado pode ser não a democracia, mas o totalitarismo.

A responsabilidade política é uma estrada de duas vias, e tem como elemento básico a reciprocidade. Um governo que ouve e responde - ante o Parlamento em primeiro lugar, e ante os setores organizados e articulados da sociedade, depois - é obrigado a se preparar melhor para atender às pressões sociais, e ao mesmo tempo cria na sociedade a exigência de se organizar e se informar de maneira responsável para dialogar com o governo. Se a responsabilidade governamental consiste em responder fielmente ao mandato político que lhe dá existência, a responsabilidade das lideranças sociais mais ativas consiste em

compartir, com o próprio governo, o peso das dificuldades e restrições que impedem a satisfação dos desejos de todos no mundo real. A criação de uma situação de liberdade sem mecanismos efetivos de responsabilidade gera, em ultima análise, um sistema de irresponsabilidade recíproca que tende a se realimentar: por um lado, o governo continua funcionando em circuito fechado, tomando suas decisões por critérios que não respondem a um mandato político explicito e reconhecido por todos; por outro, os setores da sociedade que tem condições para isto não veem limites para a escalada de suas demandas e reivindicações, a não ser a tolerância e a permissividade governamental. É uma trajetória de colisão quase inevitável.

Um sistema efetivo de responsabilidade política parece tão longe de nossa experiência que o desânimo e o ceticismo tendem a predominar, principalmente quando se pretende, pela simples engenharia legiferante - mudança do sistema partidário, do sistema eleitoral, da lei de greve etc. - criá-lo de um momento para outro. A conquista de mecanismos efetivos de responsabilidade política deve resultar de um processo lento e difícil de reorganização social, que permita passar da crença nas benesses de um Estado benevolente e onipotente - seja o de agora ou um outro qualquer - à certeza de que não existem alternativas â organização auto-referida e responsável dos diversos setores sociais para o cuidado de seus próprios interesses, salvo a alienação e o autoritarismo. A atual primavera brasileira nos dá a oportunidade de começar a construir este sistema, e assim nos aproximarmos, quem sabe, de um modelo democrático mais eficaz.